

TEXTO FINAL DO GRUPO I DAS IX JORNADAS PARLAMENTARES ATLÂNTICAS

AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS, OS ESTADOS E A UNIÃO EUROPEIA – ESTATUTO DAS AUTONOMIAS - POLÍTICAS DE COESÃO DA UE PÓS 2020.

A Macaronésia é um espaço geográfico constituído pelos arquipélagos dos Açores, das Canárias, da Madeira e de Cabo Verde, situados no Oceano Atlântico. Nesse espaço, identificam-se fatores políticos, económicos e culturais comuns, assim como problemas de competitividade económica e acesso ao Mercado Interno das União Europeia.

O Artigo 349º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) consagra a base jurídica com que a União reconhece, formalmente, o estatuto de Região Ultraperiférica da União Europeia.

Esse Artigo toma em conta “*a situação social e económica estrutural*” das Regiões Ultraperiféricas (RUPs) e caracteriza essas Regiões como territórios com condicionalismos agravados “*pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, fatores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento*”.

Este acervo da UE constitui o reconhecimento formal dos constrangimentos permanentes e estruturais ao desenvolvimento das RUPs.

Esta realidade tem permitido construir soluções políticas que têm assegurado apoios da União Europeia fundamentais para o desenvolvimento e o progresso social das RUPs, nomeadamente através de medidas no âmbito da Política de Coesão da UE bem como de programas específicos para a insularidade ultraperiférica, como é o caso do POSEI. Tem também possibilitado fortalecer o sentimento de cidadania europeia nestas Regiões localizadas no espaço geográfico fora do continente europeu.

Todas estas políticas, às quais se junta a Política Agrícola Comum e a Política Comum de Pescas, entre outras, representam fatores de correção de assimetrias e de desigualdades, que concretizam a discriminação positiva com fator de igualdade, o que traduz no

essencial o princípio de solidariedade que sempre animou o processo de integração europeia.

As características particulares das Regiões Ultraperiféricas, impõem a necessidade de desenvolver políticas específicas para esses territórios, no âmbito regional, estadual e europeu.

Neste sentido, a contextualização da solidariedade nacional e europeia, da parte dos Estados Nacionais e da União Europeia, para com as Regiões Autónomas Ultra Periféricas representa um quadro político e institucional que carece de permanente atenção e aperfeiçoamento com vista a encontrar as soluções mais eficazes e mais justas em prol do desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas no quadro dos seus respetivos Estados.

Recentemente, a Comissão Europeia apresentou a sua Proposta de Orçamento Plurianual da União Europeia para o período 2021-2027.

Esta Proposta da Comissão apresenta um conjunto de opções políticas que atingem os interesses da generalidade das RUPs da Macaronésia.

A redução dos montantes financeiros de diversos Fundos Europeus, em especial dos Fundos Estruturais que financiam a Política de Coesão e a Política Agrícola Comum, a imposição de um aumento muito acentuado das taxas de cofinanciamento das RUPs nos investimentos realizados no âmbito dessas políticas, bem como a centralização da gestão dos programas operacionais e a avaliação intercalar, por parte da Comissão, do financiamento desses programas, representam um retrocesso que afeta fortemente os legítimos interesses das RUPs.

A Política de Coesão, a Política Agrícola Comum e a Política Comum de Pescas, bem como os programas específicos para a Insularidade POSEI, têm uma importância fundamental para as Regiões Ultraperiféricas.

A Política de Coesão, em particular, constitui um dos principais instrumentos de investimento regional, estruturando, em articulação com outras políticas europeias, a intervenção nos vários domínios de desenvolvimento económico, social e territorial e concorrendo para o processo de convergência com a União Europeia e para a correção de desequilíbrios.

Uma reversão tão acentuada nos níveis de financiamento e nas condições de mobilização dos Fundos Estruturais é uma medida que contradiz os objetivos frequentemente anunciados pelos responsáveis da Comissão Europeia.

Para as RUPs a opção de menor Orçamento europeu representa menos União Europeia. A situação é ainda mais grave quando se coloca em causa a gestão descentralizada dos programas operacionais e, dessa forma, se reverte o próprio princípio da subsidiariedade como conceito operacional de execução dos programas geridos pela Comissão.

Os condicionalismos estruturais, reconhecidos pela União Europeia ao desenvolvimento das RUPs, são também sentidos no arquipélago de Cabo Verde. Esta constatação levou a UE, numa demonstração da solidariedade característica do projeto de integração europeia, a desenvolver negociações que culminaram com a assinatura de um Acordo de Parceria Especial entre a UE e o arquipélago de Cabo Verde.

As RUPs da União Europeia beneficiam dessa Parceria Especial. A presença de Cabo Verde e o envolvimento deste arquipélago na relação política e institucional com os Órgãos da União Europeia, representa o fortalecimento das posições conjuntas dos arquipélagos da Macaronésia. Juntos, os quatro arquipélagos da Macaronésia representam uma população de cerca de três milhões de habitantes dispersos por 28 ilhas habitadas e representam um importante potencial Geopolítico junto da Europa, América e de África, constituindo-se ainda como um importante ativo para a União Europeia em várias áreas com destaque para o ambiente, o mar, as pescas, a agricultura, as energias renováveis, a climatologia, as alterações climáticas, a investigação e desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável.

A união de esforços entre as RUPs e Cabo Verde, para a qual as Jornadas Parlamentares Atlânticas constituem um marco importante, reforça as posições negociais insulares junto dos Órgãos da União Europeia. É assim do interesse de ambas as partes que se continue a desenvolver o percurso trilhado nos últimos anos de aprofundamento das relações políticas e institucionais entre as RUPs e a República de Cabo Verde, nomeadamente em sede de Jornadas Parlamentares Atlânticas e em sede de Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia, cuja última edição ocorreu há cerca de duas semanas nos Açores.

Todos os arquipélagos da Macaronésia são caracterizados por uma dispersão geográfica que impõe constrangimentos permanentes ao desenvolvimento dessas regiões insulares.

A distância dos arquipélagos face aos espaços continentais de referência, a sua dispersão interna e a necessidade de dotar as diferentes ilhas de infraestruturas de qualidade, e a dimensão limitada dos mercados internos nas ilhas de menor população, representam constrangimentos ao desenvolvimento que exigem soluções políticas com capacidade de atenuar ou eliminar esses obstáculos que impossibilitam as sinergias próprias das economias de escala.

Esta realidade torna mais difícil e oneroso promover a Coesão Interna dessas Regiões bem como impõe a necessidade de políticas, quer nacionais, quer europeias, que permitam atenuar as desvantagens decorrentes de sobrecustos que contrastam com o desenvolvimento no espaço europeu continental, um espaço que beneficia fortemente do efeito de sinergias de escala e das potencialidades das centralidades territoriais.

Os quatro arquipélagos da Macaronésia, distantes dos centros de maior dinâmica económica, gerindo os sobrecustos e as dificuldades da sua dispersão e isolamento, mas conscientes das suas potencialidades e determinados na construção de um futuro melhor, veem na partilha de experiências e na identificação de parcerias, uma dimensão essencial da dinâmica do seu desenvolvimento económico, empresarial, ambiental e tecnológico.

As características territoriais dos arquipélagos da Macaronésia, bem como os condicionalismos decorrentes do seu desenvolvimento atual e do potencial de crescimento que representam, impõem a necessidade dessas Regiões definirem um conjunto de preocupações comuns por forma a reforçarem o seu peso político e institucional junto das instituições da União Europeia, quer no quadro do Estatuto das Regiões Ultra Periféricas (RUPs), quer por via da Parceria Especial da UE com a República de Cabo Verde.

Estas preocupações devem expressar as legítimas ambições políticas dos arquipélagos da Macaronésias mas ter também em atenção a necessidade de gerar consensos em torno de reivindicações solidárias, justas e exequíveis junto dos Órgãos da União Europeia.

Assim, tendo em conta o que foi exposto, o Plenário das IX Jornadas Parlamentares Atlânticas, reunido na Cidade da Horta, Ilha do Faial, Açores, aprova e proclama as seguintes Orientações Políticas:

1. Aprofundar a relação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, no âmbito do Acordo de Parceria Especial existente;

2. Reforçar a articulação de posições comuns entre as RUPs e a República de Cabo Verde por forma a maximizar os benefícios comuns, a todos os arquipélagos da Macaronésia, decorrentes de negociações com os órgãos da União Europeia;
3. Atendendo à recente decisão da República de Cabo Verde de suprimir vistos de entrada no país aos cidadãos da União Europeia e do Reino Unido, torna-se necessário equacionar o desejável aprofundamento dos instrumentos da mobilidade. Transitoriamente, promover a presença de Espanha no Centro Comum de Emissão de Vistos da União Europeia;
4. Garantir que a posição negocial em torno da Política de Coesão pós-2020 não coloque em causa o acervo jurídico já alcançado pelas Regiões Ultra Periféricas – o designado aquis da ultraperiferia – que se traduz:
 - a. Numa taxa de cofinanciamento máxima dos fundos estruturais, independentemente da sua categoria;
 - b. Num tratamento conjunto das RUP no âmbito da concentração temática;
 - c. Numa alocação específica do FEDER, visando a compensação dos sobrecustos das RUP, beneficiando de uma taxa de cofinanciamento máxima, não sujeita à concentração temática, apoiando todas as empresas independentemente da sua dimensão e sem distinção na repartição entre apoios ao investimento e ao funcionamento;
 - d. E na elegibilidade, no quadro da Cooperação Territorial Europeia, à cooperação transnacional e transfronteiriça, constituindo essa Regiões uma oportunidade para a Europa nas suas relações com a América e África;
5. Defender a flexibilidade na adaptação da Política de Coesão à realidade territorial das RUPs, no respeito do tratamento específico para estas regiões preconizado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e no Acórdão do Tribunal de Justiça da UE de 15 de dezembro de 2015;
6. Promover uma abordagem conjunta entre as RUPs e os Estados correspondentes (Espanha, França e Portugal), no âmbito das negociações do

próximo Quadro Financeiro Plurianual e dos regulamentos da Política de Coesão, por forma a assegurar que a condição de ultraperiferia seja tida em conta;

7. Manifestar absoluta oposição às anunciadas reduções das verbas do Programa de Opções Específicas para a Insularidade, POSEI, uma vez que as mesmas contariam o artigo 349 do TFUE, nomeadamente no que diz respeito ao reconhecimento formal das particularidades das RUPs. Neste sentido expressa o seu apoio formal ao ponto 102 da Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de Março de 2018, sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual: Preparação da posição do Parlamento sobre o Quadro Financeiro Plurianual pós 2020 (2017/2052(INI));
8. Rejeitar quaisquer cortes da Política Agrícola Comum, concretizando assim, o compromisso claro, inequívoco e firme com o reforço financeiro deste mecanismo de apoio à agricultura e ao mundo rural nas RUP;
9. Assegurar que o próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia - 2021-2027 - (QFP pós 2020) constituirá um instrumento central para assegurar os compromissos de desenvolvimento do futuro da União Europeia, em particular das Regiões e dos Estados, e responder devidamente aos desafios da convergência social, económica e territorial no seio da União;
10. Dar cumprimento ao relatório da comissão parlamentar do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu sobre as regiões menos desenvolvidas da União Europeia (UE), como os Açores e a Madeira, que defendeu, em março de 2018, que a Política de Coesão deveria manter-se "uma prioridade" com "financiamento ambicioso". O mesmo Documento, defende que a Política de Coesão deve permanecer uma prioridade para Bruxelas "mesmo à luz das pressões" sobre o orçamento comunitário.
11. Rejeitar veementemente a ausência, no quadro da proposta de QFP pós 2020, de referências claras à Política de Coesão para as RUP e às taxas de cofinanciamento diferenciadoras para estas regiões, bem como aos fundos estruturais FEDER e FSE, o que constitui uma contradição objetiva face à Comunicação “Uma Parceria Estratégica Reforçada e Renovada com as

Regiões Ultraperiféricas da União Europeia”. Recorde-se que a anterior Comunicação, que data de 2012, propôs que as RUP continuassem a beneficiar de um tratamento específico para as ajudar a usar da melhor maneira os fundos de investimento disponíveis, assim como uma taxa de cofinanciamento de 85 por cento, independentemente do PIB da RUP.

12. Defender a necessidade de financiamento da atividade da Pesca e do Mar, incluindo um sistema de compensações para a pesca sustentável, a manutenção de utilização exclusiva das 100 milhas e as condições de operacionalização de uma economia do mar;
13. Defender a materialização das Comunicações de referência da Comissão Europeia, nomeadamente a de 2012 denominada “Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” que se desenvolve em torno dos seguintes 5 eixos:
 - a. Melhorar a acessibilidade ao mercado interno;
 - b. Reforçar a competitividade das atividades económicas;
 - c. Promover a integração regional das RUP no interior das respetivas zonas Geográficas (o que no caso da Madeira e Canárias significa as relações de vizinhança com Marrocos, Mauritânia, Senegal e sobretudo Cabo Verde);
 - d. Reforçar a dimensão social do desenvolvimento das RUP (emprego, educação saúde, etc.)
 - e. Inserir as ações de combate às alterações climáticas em todas as políticas pertinentes.
14. Articular posições de todas as RUP's, no sentido da defesa de interesses comuns nas instâncias europeias, nomeadamente no Comité das Regiões - órgão consultivo da Comissão Europeia – e em outras instâncias que podem exercer influência política no plano europeu como na Conferência dos Presidentes das RUPs, na Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, na Assembleia das Regiões da Europa, entre outros organismos;
15. Aprofundar a cooperação estratégica com os Governos Nacionais no sentido de fazer refletir as posições das RUPs no âmbito de negociações comunitárias

desenvolvidas por esses Governos, sobretudo no caso de matérias particularmente sensíveis para as RUPs.

16. Defender a manutenção dos níveis de financiamento às RUPs por parte dos respetivos Estados Centrais no âmbito das leis nacionais que regulam a solidariedade entre os Estados e as RUPs.
17. A partir do reconhecimento jurídico das Regiões Ultraperiféricas no Direito Primário da União Europeia (atualmente Art. 349 do Tratado de Funcionamento), a organização administrativa da Comissão tem contado com uma “unidade RUP” dependente da Direção Geral de Política Regional. Entendemos que qualquer reorganização administrativa dos serviços da Comissão deverá respeitar a singularidade organizativa preexistente, mantendo essa unidade na “DG Regio” ou diretamente do Presidente da Comissão;
18. Afirmar o Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), proferido a 15 de dezembro de 2015, no âmbito do processo Mayotte, estabeleceu a jurisprudência de referência sobre a função legislativa habilitadora do artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (base jurídica da Ultraperiferia) e o respetivo âmbito de aplicação - o teor e a amplitude interpretativa positiva deste Acórdão constituem um impulso decisivo para a adoção de medidas executivas e políticas legislativas específicas para minimizar os efeitos dos constrangimentos permanentes inerentes à Ultraperiferia.
19. Num momento de incerteza na Ordem Internacional e na União Europeia, as propostas anteriores, constituem um compromisso das Regiões Ultraperiféricas dos Açores, Canárias e Madeira assim como da República de Cabo Verde, com a União Europeia e especialmente com valores e princípios que estiveram na origem da sua fundação: um espaço único de Liberdade, Segurança, Competitividade na economia Global, Coesão Social e Cooperação para o desenvolvimento.

Açores, 19 de junho de 2018

José San-Bento

Zacarias Gómez Hernandez

Açores - Presidente

Canárias - Relator

António Marinho

José Miguel Ruano León

Açores

Canárias

Adolfo Brazão

António Lopes da Fonseca

Madeira

Madeira